



Entrevista a Ana Benavente¹

Realizada por Margarida Louro Felgueiras²
e Anabela Amaral

**Que motivos a levaram à Suíça? Foi como bolsreira ou como exilada?
Em que data isso ocorreu e em que momento da sua vida escolar? Será
possível caracterizar o seu estatuto no exílio?**

Cheguei a Lisboa em 1960/61, vinda do Cartaxo, então rural e afastado de Lisboa. Não conhecia a cidade. Naqueles anos, para se completar o “liceu” (leia-se ensino secundário) era preciso ir até à sede do concelho. Por isso, sendo filha de professores primários, vim para um Instituto – Sidónio Pais, do Professorado Primário – mais conhecido entre nós por IPOP para fazer os 6º e 7º anos.

Depois de dois anos no Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, anos em que vivi como interna nesse Instituto e em que a minha revolta, pessoal e social, foi crescendo, comecei o curso de Românicas na Faculdade de Letras de Lisboa em 1962/63. Boa aluna, dispensei do exame de admissão à Faculdade.

Já no meu 7º ano “fugia” do liceu para ir ao Estádio Universitário assistir aos comícios da luta estudantil - crise académica de 1962 - que ficaria para a história como a primeira revolta estudantil pela liberdade e cujos ecos nos iam chegando em surdina pelas colegas de liceu que tinham irmãos. Logo nos meus primeiros dias na Faculdade, inscrevi-me na Pró-Associação de Letras, cujo presidente era o José Medeiros Ferreira. Com a consciência difusa de que era um passo importante. Não sabia então que mudaria a minha vida para sempre.

¹ Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, benavente.ana@gmail.com

² Universidade do Porto. Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação
Coordenadora do Núcleo Educação, História e Museologia do CIIE.

No Instituto Sidónio Pais tinha encontrado a Odete Santos, aluna de Direito, mais velha do que eu, também filha de professora, que muito me marcou, nas leituras, nos interesses e na vida política.

Integrei-me no meio associativo e, em 1964, casei com um jovem estudante de direito. Foi a conquista de alguma autonomia, já que, nessa altura, era raro uma rapariga poder morar num quarto ou partilhar uma casa. Fui sempre vivendo em lares, ou do estado ou de freiras.

Então, no verão de 1965, casada com esse jovem que, depois de uma prisão em Caxias, não queria ser mobilizado para as colónias, saí de Portugal para Genève – onde já estava uma amiga nossa do Sidónio que tinha ido ao encontro do namorado, membro do Partido Comunista Português.

Foi assim que saí, determinada mas assustada. A minha sogra ainda hoje diz, com carinho, que “fui eu que lhe levei o filho”, mas para o caso não interessa. Saímos e não voltámos.

Em Genève, trabalhei sempre para estudar (fábricas, escritórios, dactilografia de sebatas, empacotar jornais, um pouco de tudo) e só no meu terceiro ano consegui uma pequena bolsa para refugiados que me permitiu então trabalhar apenas durante as férias. Nessa primavera, vivemos o Maio de 68 e tais acontecimentos marcaram a minha plena integração na Universidade – era aluna de psicologia no Institut Jean-Jacques Rousseau, dirigido por Jean Piaget. Pertenci à direcção do movimento estudantil e, no ano seguinte, fui convidada como monitora e, mais tarde, como assistente. Entretanto, o Instituto tornou-se a Faculté de Psychologie et des Sciences de l’Education onde trabalhei até voltar para Portugal em 1974. Estive, pois, no nascimento das Ciências da Educação, em relação à evolução das quais tenho, hoje, as mais sérias críticas, em termos académicos, científicos e sociais.

Que imagens levava da educação que tinha tido? E do país?

Levava as imagens duma escola opressiva, pobre e tradicional, vivida com alegria nos primeiros anos (era filha de professores primários) mas com muita revolta nos anos seguintes. No Maria Amália e no Sidónio Pais éramos tratadas como quase “delinquentes”. Tudo eram proibições. A nossa correspondência, inclusive a dos pais, era lida e era-nos entregue aberta. As janelas tinham cadeados; os horários eram de “tropa”. A missa era obrigatória. A mentira e a revolta eram por nós cultivadas como sobrevivência. “Les mains sales” de J.P. Sartre, em edição de Poche, forrada com papel preto, fazia as vezes de missal.

No meu primeiro ano de Faculdade comecei a trabalhar, a par das aulas e, no final desse primeiro ano, o Instituto Sidónio Pais – de uniforme obri-

gatório mesmo para as universitárias – desistiu de nos controlar e expulsou-nos a todas.

Do país levava a imagem do isolamento, do sufoco, da falta de liberdade, da injustiça e da opressão. Asfixiava-se, em Portugal. Não havia ciências sociais nem humanas; não havia liberdade, estávamos sempre sob vigilância. País provinciano (ainda é) e atrasado, autoritário e castrador. O que se lia, fora dos normativos autorizados – era às escondidas. Todos os dias havia prisões e torturas. Vivia-se com medo (ou então, em apatia, o que não era o meu caso).

A “Carta a uma jovem portuguesa”, escrita pelo A. Marinha de Campos e publicada na “Via Latina”, jornal de Coimbra, acertou-me em cheio. Aí, num tom claro e sincero, hoje datado e algo ingénuo, denunciava-se a hipocrisia social e de costumes em relação às raparigas (as “putas” e as “esposas”) e a sua privação do espaço público e de outras liberdades que eram naturais para os rapazes. Vale a pena reler, hoje ainda, esse texto.

No exílio que experiências a marcaram, se alguma, nos domínios educativo, social, político?

Foram tantas... integrei o PCP logo que cheguei. Vivi a liberdade suíça, país em que reina a confiança social, por contraponto à desconfiança que ainda hoje nos domina (e que está impressa no mais fundo de nós).

Vivi a solidão e a vida dura de quem não tem dinheiro. Sofri de um terrível sentimento de “não pertença”. Mas foi com orgulho que, passados 4 anos, fiz a minha licenciatura. Os meus professores receberam-me como amigos, foram solidários, estimulantes, presentes.

Deixei o PCP, com um grupo de outros portugueses (após a invasão de Praga pela URSS). Integrei-me na vida cívica e académica a partir de 68 e vivi, então, os anos mais felizes da minha vida.

Em 69/70 fundei, com um grupo de amigos de várias nacionalidades, o GLI (Grupo de Lutas Internacionais) e fomos de todos os anti-imperialismos e militantes de todas as liberdades. Sem deixar o meu grupo de referência dos opositoristas portugueses, organizei-me com basileiros, espanhóis e italianos na procura de melhores condições de vida para os refugiados e para os emigrantes mais vulneráveis. A minha filha mais velha, Rosa (como a Luxemburgo, claro), tem a dupla nacionalidade, espanhola e portuguesa. Nasceu no ano da vitória contra a condenação à morte de militantes bascos, processo que ficou conhecido pelo “Processo de Burgos”. Ai, como cantávamos então “Gallo negro, gallo rojo”, canção de Chico Sanchez Ferlosio, contanto a guerra de Espanha...

Mercedes Sosa, Paco Ibañez, Isabel Parra, El Cuarteto Cedron, “La Cuadra” de Sevilla faziam parte da nossa intensa vida cultural; tornei-me ibérica, por amor e por opção – pois não eram os nossos destinos solidários?

Que comparação fazia entre a educação em Portugal e a que encontrou no estrangeiro? Que discurso inventava para Portugal?

Eram mundos completamente diferentes. De Portugal levava David Mourão Ferreira mas também mulheres da mocidade portuguesa, frustradas e cheias de enxaquecas. Levava a assustadora imagem da Guardiola, pesada e velha, sempre zangada, reitora do Liceu Maria Amália. Levava o silêncio e a obediência calada dos alunos – só no meu 7º ano uma professora me fez uma pergunta, pela primeira vez me foi permitido falar, e concluiu que eu tinha “boa voz”. Extraordinário.

Em Genève, encontrei um meio académico que fervilhava de debate, de trabalho intelectual intenso, de pontualidade e de rigor. Os estudantes estavam organizados numa associação e em movimentos sindicais. Havia seminários (com cerca de 10/12 participantes), em que apresentávamos obras e aprendíamos a argumentar. Li horas e horas sem fim, tudo, desde J. Piaget e B. Ihnelder a E. Durkheim, K. Marx e, mais tarde, P. Bourdieu, G. Lucaks, H. Marcuse e muitos outros. 1968 veio intensificar este ambiente, duma riqueza que não esquecerei. A Universidade era rigorosa mas sem pompa, exigente mas com diálogo, criativa e estimulante. Lembro-me que um dos meus trabalhos finais de licenciatura consistiu numa comparação das concepções de escola e de sociedade em E. Durkheim e K. Marx. Que ousadia... Mas foi aceite, defendi-o com convicção e tive a nota máxima. Já então havia opções nos nossos cursos, os interesses dos estudantes eram levados a sério. Tínhamos muita liberdade e muita responsabilidade – o oposto ao que tinha conhecido em Portugal.

Para Portugal não era necessário inventar nenhum discurso. País sem liberdades, com uma guerra colonial condenada, trabalhávamos com grupos suíços, entre os quais “Afrique Australe-Portugal” e recebíamos de braços abertos desertores e refractários que iam desembarcando. Nos anos 70, na linha do que se vivia na Alemanha, fiz parte de uma comuna, novos modos de organizar afectos e famílias. Experiência inesquecível, descobri também a verdadeira amizade com rapazes – como não tinha irmãos, era-me totalmente proibida e desconhecida. Os meus amigos foram a família que não tinha, ajudaram-me a criar a minha filha.

Sempre tive saudades de Portugal, não do país, mas das pessoas. Chorei com saudades. Depois, os compromissos políticos e um forte sentido de

pertença nacional – quanto mais nos afirmamos no internacionalismo mais nos sentimos comprometidos com os nossos espaços de origem e isto porque as ditaduras dos outros são também as nossas, os abusos aos direitos dos outros são também abusos que sofremos – reforçaram a vontade imensa de lutar por um Portugal democrático a que pudesse voltar. E assim aconteceu, em 1974.

A vivência no exílio mudou certamente a sua visão de Portugal e do mundo. Como foi essa experiência? Como compensava a distância do país?

Viver no exílio abriu-me as portas do mundo. Os meus amigos eram brasileiros, suíços, gregos, italianos, jugoslavos. Em 1967 fui a Praga e a Varsóvia. Estive em Berlim, este e oeste. Paris e Florença ficavam a poucas horas de carro (Citroen 2cv, pois claro). Portugal, país católico, era, com a católica Espanha e a ortodoxa Grécia, os três fascismos europeus. Estudei Portugal de fora. Lembro-me do “Projet régional méditerranéen”, (de 1965, creio) publicado pela OCDE que mostrava o nosso atraso em relação à restante Europa. Já Espanha tinha dez anos de escolaridade obrigatória e ainda nós crescíamos, com Veiga Simão, para os seis anos.

Os nossos emigrantes eram muito menos letrados que os italianos e os espanhóis. Fomos o último país a descolonizar – em 1975 – e o nosso retrato era o de um país rural, pobre, em que era preciso ter licença de isqueiro para acender um cigarro (muito isto fez rir os meus amigos suíços), com mulheres vestidas de preto, jovens condenados a uma guerra colonial sem saída e um povo tristonho e fatalista. Os italianos e os espanhóis cantavam, os grandes poetas, canções de luta. E nós? Bebíamos a ouvir fado. Perguntavam-me muitas vezes se era iraniana, ou cigana – isto seria mais pelas saias e pulseiras hippies com que então nos vestíamos. Não, dizia, portuguesa, de Portugal, aquele país entre a Espanha e o Atlântico. E foi sempre assim que me senti, portuguesa e cidadã do mundo. No final dos anos 60, início de 70, a guerra colonial tornou-se internacionalmente mais reconhecida e criticada, os teatros alternativos representavam “Le fantôme lusitanien” e sentíamos que o colonialismo perdia alento. No início dos anos 70, com um grande amigo exilado e que já nos deixou, o Manuel Areias, criámos, com um pequeno grupo de emigrantes, o GAEPS – Grupo Autónomo da Emigração Portuguesa na Suíça. Passávamos os finais de semana nas “barracas” dos trabalhadores temporários, organizávamos a sua sindicalização, lutávamos, com eles, pelos seus direitos.

E a Suíça, que proibia a acção política de estrangeiros, sempre me deixou viver, dando-me, constantemente, lições de cidadania e de tolerância.



Eu era então uma jovem assistente universitária para quem Genève já parecia pequena e procurava uma nova vida em Paris. Com 1974, não chegou a acontecer.

No regresso a Portugal que mudanças destaca no campo da educação?

Regressei em 74/75, ligada ao Movimento de Esquerda Socialista. Não conhecia ninguém nem ninguém me conhecia. Em Genève, “Ana” era um personagem. Aqui, recomecei do zero. Até os 6 anos de docência na Universidade de Genève não impediram que recomeçasse a carreira como assistente estagiária. Por concurso, na Faculdade de Ciências de Lisboa – Departamento de Educação, depois de uma breve passagem pela F. Gulbenkian, com o Prof. Rui Grácio.

A educação fervilhava de boas intenções e de carências e contradições de toda a ordem. O primeiro livro que escrevi intitulava-se “Escola Primária portuguesa: 4 histórias de liberdade”. Mas não me esqueço que, muito mais tarde, o meu interesse pela escola primária me penalizou num concurso académico, considerando o júri que a Universidade não tinha (e parece que ainda não tem) que se ocupar desse grau de ensino.

Os “estrangeirados” que voltavam com formações em psicologia, sociologia, educação, rapidamente se integraram e iniciou-se então um período de investigação muito fértil. Essa investigação começava pelo conhecimento da realidade do país. Em Genève, tinha iniciado um projecto intitulado “École et Classe Ouvrière”, aqui voltei-me para o insucesso escolar, para o estudo das suas causas e para as respostas a construir. Nunca mais parei.

Desigualdades sociais e escolares, questionamento da escola que herdámos, construção de processos de inovação e literacia foram os temas que ocuparam, durante algumas décadas, a minha vida científica. Encontrei parceiros fantásticos, a Maria Adelaide Pinto Correia, a Manuela Castro Neves, o António Firmino da Costa e muitos outros. Constituí equipas, consegui financiamentos – dos quais um, importante, para um projecto de investigação-acção, projecto pioneiro, nos anos 80, que se desenvolveu no bairro da Ajuda, em Lisboa, envolvendo as escolas e o bairro e que deu origem ao livro “Do Outro Lado da Escola”.

Tal como acontecia com a sociedade, também a escola se agitava e se animava até ao consulado de M. Sottomayor Cardia que, procurando “normalizar” a vida escolar, matou muita criatividade e iniciativa e pôs de novo a instituição escolar nos trilhos do centralismo e da burocracia, dos quais nunca mais saiu.

Em 1974, a escola em Portugal era atrasada, de curta duração mas tinha já “boas práticas”, professores empenhados e uma imensa esperança e confiança no futuro democrático do país.

Volvidas algumas décadas sobre a partida e o regresso, considera que a comparação que fez no passado entre a realidade vivida em Portugal e a que encontrou na Suíça era justa? Hoje, volvidos largos anos, considera que mantinha ou matizava as anteriores apreciações?

Sem adjectivos, mantinha, em absoluto. Era justa e continua a sê-lo.

A Suíça não era idílica, também havia desigualdades, racismo, exploração e injustiças. Era a “placa financeira” das fortunas dos ditadores do mundo. Mas havia liberdade, os direitos humanos eram levados a sério. O Estado não abusava dos cidadãos. Era um país de exílio, no centro da Europa. Portugal, pelo contrário, fechado e isolado, tinha medo de tudo, perseguia, escutava às portas, tinha uma censura escondida e hipócrita, miserável – isto para além da PIDE/DGS, essa bem conhecida e assumida.

Sendo a Suíça um mosaico de povos e de religiões, pela sua própria origem e constituição históricas, organizada em cantões e com a gestão pública muito perto das pessoas, é difícil imaginar país mais diferente do Portugal nacionalista, provinciano e dissimulado, de pé descalço, a viver das glórias passadas.

Em 1999, 25 anos depois de Abril, prestámos uma homenagem à cidade de Genève, agradecendo o exílio que nos concedeu. Deixámos uma placa (de mármore português, pois claro) na parede de um célebre e já desaparecido café universitário- Le Landolt, na Rue du Conseil Général, bem perto da Reitoria da Universidade. Aí nos encontramos, portugueses e suíços que partilhámos aqueles anos de lutas, de amizades, de solidariedades e de juventude.

De que modo a aluna exilada, se reinventou como educadora regressada?

Quando voltei já era assistente e não apenas aluna. Apaixonada pelas recém-criadas ciências da educação. (Permitam-me um parêntesis para referir que o Instituto Jean-Jacques Rousseau, dirigido por J. Piaget, era também a casa da “Educação Nova”, com J. Ferrière e muitos outros. Aliás, Piaget fundou o BIE – Bureau International de l’Education, primeira organização internacional na área da educação, hoje um instituto associado da Unesco e Albert Einstein fez parte do seu Conselho Geral).

Com uma formação inicial que, tendo começado com a psicologia, evoluiu para a pedagogia e a psico-sociologia e, mais tarde, para a sociologia e com

um trabalho profissional centrado em docência e investigação, o regresso foi, para mim, um choque. Em Genève praticavam-se métodos activos nas aulas, os estudantes trabalhavam, elaboravam, comunicavam, havia FORMAÇÃO. Aqui, apesar de alguns espaços de liberdade que nos permitiam cruzar olhares e saberes disciplinares – espaços que desapareceram no final dos anos 70 – a Universidade continuava rígida, formal, verbalista, organizada em disciplinas estanques e muito pouco preocupada com a formação dos seus estudantes.

Prossegui, desde então, o caminho já iniciado: implicação crítica, distância reflexiva, trabalho divergente e, apesar dos muitos dissabores que esse modo de estar e de ser me trouxe, a liberdade permitiu-me sobreviver e conquistar o meu espaço vital.

Considero que a escola que herdámos tem que ser re-fundada, através de processos de construção lenta que envolvam todos os seus protagonistas, directos e indirectos e que só assim a instituição mais generosa da democracia poderá cumprir o seu maior desígnio: o da Educação Para Todos (EPT) não como slogan mas como realidade. Educação para mais cidadania responsável e não para uniformizar aqueles que, nascendo pessoas, rapidamente são transformados em “recursos humanos”.

No desempenho do cargo de Secretária de Estado da Educação que prioridades definiu com base na sua experiência de viagens e no seu ideário de liberdade?

Não foi difícil estabelecer prioridades que continuo a considerar actuais: uma Educação para Todos (EPT) com qualidade, o que exige assegurar autonomia às escolas, desburocratizar o sistema, apoiar as escolas nas comunidades (científicas, económicas, sociais), enraizá-las não apenas nos saberes “sábios” mas nos saberes libertadores que permitem continuar a aprender ao longo da vida.

Assim, destaquei, a esta distância **cinco pedras de toque do trabalho** que desenvolvi, em equipa, durante seis anos (de 1995 a 2001) e sobre o qual publiquei vários textos, nomeadamente na Revista Ibero-Americana de Educação (OEI) que nos diz respeito a todos, ibéricos, e que pode ser lida on-line.

1. O desenvolvimento da educação pré-escolar para todas as crianças foi um avanço inquestionável para uma escola pública que quero democrática de facto e não apenas nas palavras. Educação pré-escolar como espaço e tempo inteligentes de desenvolvimento e de socialização e não de antecipação das aprendizagens escolares.

2. Proposta de um “Pacto Educativo para o futuro” (ver Revista da OEI) que garantisse a continuidade política de eixos estruturantes das necessárias transformações da escola sem a deixar, como hoje continua, prisioneira dos tempos políticos e das fantasias e ignorâncias de quem ocupa os cargos executivos. Sabemos que a inovação educativa é de lenta construção (para ser sustentável e significativa) e que os seus resultados só podem, de facto, ser avaliados, no espaço de uma geração. É um tempo institucional contraditório com os tempos eleitorais, rápidos e bruscos, imprevisíveis e sempre preocupados com o show-off das campanhas. Garantir a descentralização e a autonomia das escolas, o desenvolvimento da educação pré-escolar, a valorização dos docentes e outros técnicos e funcionários, flexibilizar os currículos sem perder um núcleo nacional estruturante, garantir oportunidades de formação aos mais excluídos, eis alguns dos objectivos desse Pacto. Recusado no Parlamento e pelos Sindicatos de Professores, permitiu, no entanto, celebrar protocolos com autarquias, associações de pais e outros parceiros. Mas falhou, no país latino e velho que somos, pouco dado a trabalho sério, silencioso e continuado.

3. Definimos, em documentos publicados e debatidos nas escolas, orientações de médio e longo prazo para o ensino básico e para o ensino secundário (assim como para o ensino superior, não sendo este da minha responsabilidade directa). Qualquer caminho é bom quando não sabemos onde queremos chegar. Sabíamos então o que queríamos e como caminhar: envolvendo todos os parceiros e, em primeiro lugar, os professores e outros actores da escola e da educação. Criar condições para a sua valorização social e profissional, assegurando o apoio ao trabalho de qualidade. Romper (ir rompendo) alguns tabus da escola tradicional que a tornam produtora de exclusão: a rígida divisão disciplinar herdada de séculos passados, os horários tayloristas, com o toque de campainha de 50 em 50 minutos, as aulas expositivas e tradicionais em que se quer ensinar o mesmo, ao mesmo tempo e da mesma maneira a todos os alunos, as representações profundamente enraizadas, nomeadamente as que identificam exigência e rigor com insucesso e com exclusão.

Estas orientações alimentaram processos inovadores que se iniciaram com 10 escolas e envolveram, quatro anos depois, mais de 200 escolas. A “gestão curricular flexível”, assim ficou conhecido esse processo, baseou-se nas “boas práticas” construídas nas escolas e criou condições para a sua consolidação e o seu desenvolvimento.

4. O quarto ponto que quero destacar é o da luta imediata contra a exclusão. A escola pública não pode conviver com a expulsão (quer se designe

insucesso ou abandono) escolar de quem mais precisa da escola. Assim, diversas medidas, desde os currículos alternativos à criação de Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, foram desenvolvidas para assegurar a aprendizagem dos mais vulneráveis e daqueles que, pela sua origem, história ou condições de vida, não se integravam no padrão único da escola única (sendo que igualdade, como sabemos, não significa ser “indiferente às diferenças” mas sim praticar a equidade, assegurando a todos, por caminhos diversos, as mesmas aprendizagens e diplomas – refiro-me aqui, evidentemente, à escolaridade obrigatória).

No caso do ensino secundário, em que os processos de exclusão, sendo menos escandalosos são igualmente selectivos, procedeu-se a uma reorganização e revisão curriculares assegurando a todos percursos que, continuados ou não de imediato no ensino superior, lhes permitissem voltar à formação ao longo da vida. Curiosamente, quando a selecção é mais invisível e escondida, convive-se melhor com ela. Quando se assume que, após o 9º ano, há orientações diferentes, grita-se que se estão a introduzir desigualdades. Hipocrisias sociais que vivemos em muitos espaços, sendo a escola apenas mais um. O que é lamentável é serem muitas vezes os que deviam lutar pela escola democrática – e falo aqui de sindicalistas e de responsáveis académicos - os primeiros a preferir a ignorância, com medo de sujarem as mãos na luta pela Educação para Todos, de facto e não apenas como um slogan para tranquilizar consciências.

5. Como quinto ponto das minhas prioridades, destacarei a educação de adultos. Num país de baixo nível de literacia, era urgente ultrapassar as tradicionais barreiras de territórios entre educação e formação. Isso foi feito com a criação dos cursos EFA (Educação e Formação de Adultos) e com a criação do sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de competências adquiridas durante a vida. Criaram-se, com todo o rigor e com critérios académicos e pedagógicos claros, os primeiros centros de RVCC. A Agência de Educação e Formação de Adultos protagonizou esta área de actividade.

Dois notas finais de resposta a uma pergunta sem fim:

1ª nota – o desporto escolar, a educação para a saúde (incluindo a educação sexual), o ensino do português no estrangeiro não apenas como língua de emigração mas como língua europeia de seu pleno direito, a formação contínua de professores, formação para a mudança e para a reflexão crítica sobre as práticas foram também áreas em que investi muito do meu imenso querer e dos meus (mais limitados) saber e poder.

2ª nota – este trabalho foi desenvolvido em equipa, com colaboradores preciosos, uns mais convictos do que outros. Quero destacar o Prof. Alberto Melo, meu querido amigo, cujo trabalho foi fundamental na educação de adultos e o Prof. Paulo Abrantes, querido colega da Universidade de Lisboa, modesto e brilhante, que já nos deixou e que foi a alma do trabalho realizado no ensino básico. Uma referência ainda a Philippe Perrenoud, meu colega em Genève que aceitou, com amizade, ser consultor das mudanças que se foram construindo na escola portuguesa durante os seis anos em que tive responsabilidades executivas. E obrigada aos alunos e aos professores, evidentemente, sem os quais a escola não tem qualquer sentido.

Se me perguntarem hoje o que ficou destes anos direi que ficou muito e que ficou muito pouco.

Ficou muito porque a história se constrói com avanços pioneiros e nada nem ninguém pode apagar o valor das experiências vividas. Ficou muito pouco porque logo os responsáveis governativos que se seguiram, quer do Partido Socialista quer do Partido Social Democrata, se apressaram em impor de novo o controlo burocrático e centralista sobre a escola, em desbaratar os esforços dos docentes mais profissionais, em promover a mediocridade e até, no caso da educação de adultos, em impor metas quantificadas de modo a que o país, mudando ou não, ficasse melhor no retrato das estatísticas europeias e da OCDE. Quanto mais complexo é o mundo e quanto mais “invisíveis” se tornam os mecanismos sociais (D. Innerarity), mais sedutoras se tornam as estatísticas, querendo alguns acreditar que assim aprisionam e conhecem a realidade. Muito do que foi feito entre 1995 e 2001 foi certamente “engolido”, nas escolas, pela força do statu-quo, mas não duvido do valor do trabalho então realizado e, nem que fosse pelos meninos que se salvaram da exclusão e dos diversos modos de expulsão escolar, valeu a pena.

Como “reformadora”, como define o seu discurso educativo?

O meu discurso fundamenta a minha prática de docência, de investigação, em cargos políticos, executivos ou no Parlamento, e nos projectos de luta contra a pobreza que hoje me ocupam em África e na América Latina e tem um só propósito: **re-fundar a escola que herdámos**. Trabalho lento e difícil, partilhado e persistente, é o único digno do nosso esforço.

Considero a escola como a “instituição mais generosa da democracia”, já o disse, pois, apesar das desigualdades sociais – que a escola, enquanto instituição, não pode resolver só por si, como é óbvio – o conhecimento é património de todos e de cada um e não apenas de alguns “eleitos”. Embora a

escola não possa “escapar” totalmente aos mecanismos de normalização que sobre ela pesam – e quero acrescentar que as comparações internacionais estilo “PISA” são dos efeitos mais perversos e nefastos da história da escola no final do sec.XX – pode ser também um espaço de socialização universal, de apropriação do conhecimento, de democratização das relações e dos saberes, um espaço de cidadania e de libertação.

Eis o fundamento da minha acção pedagógica e cívica. A escola é uma instituição fundamental na luta contra a pobreza e contra as desigualdades mas apenas e só se se transformar considerando que os seus alunos são PESSOAS e não recursos humanos, conceito que se banalizou mas que retirou todo o sentido de humanidade à vida social democrática. Democratizar a democracia e as suas instituições é uma tarefa de todas as gerações, da minha (da nossa), das que me antecederam e das que continuam hoje, num período histórico preocupante (quer pelos fundamentalismos que julgávamos ultrapassados quer pelos novos deuses sem rosto: o Mercado, a Bolsa, a Alta Finança) o percurso por mais e melhor educação, por um mundo mais justo, em que a vida humana tenha o mesmo valor, seja a de um israelita seja a de um palestino.